

Artigo Científico

A CRISE DAS DEMOCRACIAS: O CASO BRASILEIRO

Ulysses Ferraz de Camargo Filho¹

¹ Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) / Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Rio de Janeiro – RJ/Brasil

Resumo

Este artigo analisa as implicações e especificidades da crise da democracia no Brasil a partir da contraposição entre duas matrizes interpretativas: a abordagem institucionalista dominante, representada por autores como Levitsky e Ziblatt, e a abordagem crítica, com destaque para a obra de Luís Felipe Miguel. Argumenta-se que, embora a literatura dominante seja capaz de identificar sintomas de degradação democrática – como a erosão das normas informais, o avanço do autoritarismo e a fragilização das instituições –, ela falha em explicar suas causas estruturais, especialmente em contextos periféricos e desiguais. A abordagem crítica, por sua vez, destaca a centralidade das desigualdades sociais e da hegemonia neoliberal como elementos que tensionam os pressupostos igualitários da democracia. O artigo também examina interpretações complementares, como as de Castells, Brown, Fraser e Dardot et al., e aplica esse referencial ao caso brasileiro, com foco na ascensão de Jair Bolsonaro e na crise do lulismo. Conclui-se que as crises das democracias não podem ser plenamente compreendidas sem considerar os efeitos da ordem capitalista na configuração institucional e representativa da política. No caso brasileiro, o predomínio do veto econômico sobre o voto popular ilustra os limites estruturais da democracia liberal em contextos de extrema desigualdade.

Palavras-chave: Crise da democracia. Neoliberalismo. Brasil contemporâneo.

The crisis of democracies: the brazilian case

This article analyzes the implications and specificities of the crisis of democracy in Brazil by contrasting two interpretative frameworks: the dominant institutionalist approach, represented by authors such as Levitsky and Ziblatt, and the critical approach, with emphasis on the work of Luís Felipe Miguel. It argues that, while the dominant literature is capable of identifying symptoms of democratic degradation—such as the erosion of informal norms, the rise of authoritarianism, and institutional fragility—it fails to explain its structural causes, especially in peripheral and unequal contexts. The critical approach highlights the centrality of social inequalities and neoliberal hegemony as tensions that challenge the egalitarian assumptions of democracy. The article also examines complementary interpretations by Castells, Brown, Fraser, and Dardot et al., and applies this framework to the Brazilian case, focusing on the rise of Jair Bolsonaro and the crisis of Lulism. It concludes that the crises of democracies cannot be fully understood without considering the effects of capitalist order on institutional and representative political structures. In the Brazilian case, the dominance of economic veto over popular vote illustrates the structural limits of liberal democracy in contexts of extreme inequality.

Keywords: Crisis of democracy. Neoliberalism. Contemporary Brazil.

La crisis de las democracias: el caso brasileño

Este artículo analiza las implicaciones y especificidades de la crisis de la democracia en Brasil a partir del contraste entre dos marcos interpretativos: el enfoque institucionalista dominante, representado por autores como Levitsky y Ziblatt, y el enfoque crítico, con énfasis en la obra de Luís Felipe Miguel. Se sostiene que, aunque la literatura dominante identifica síntomas de degradación democrática—como la erosión de normas informales, el avance del autoritarismo y el debilitamiento institucional—no logra explicar sus causas estructurales, especialmente en contextos periféricos y desiguales. El enfoque crítico destaca la centralidad de las desigualdades sociales y la hegemonía neoliberal como elementos que tensionan los supuestos igualitarios de la democracia. El artículo también examina interpretaciones complementarias de Castells, Brown, Fraser y Dardot et al., y aplica este marco al caso brasileño, con enfoque en el ascenso de Jair Bolsonaro y la crisis del lulismo. Se concluye que las crisis de la democracia no

pueden entenderse completamente sin considerar los efectos del orden capitalista sobre las configuraciones políticas institucionales y representativas. En el caso brasileño, el predominio del veto económico sobre el voto popular ilustra los límites estructurales de la democracia liberal en contextos de extrema desigualdad.

Palabras clave: Crisis de la democracia. Neoliberalismo. Brasil contemporáneo.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15802603>

ISSN: 2359-6252

Editor-chefe: Vinicius de Souza Moreira

Editora-adjunta: Letícia Lima Milani Rodrigues

Artigo submetido em 21 de abril de 2025 e aceito para publicação em 15 de maio de 2025



1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é discutir a crise da democracia brasileira à luz de duas matrizes teóricas distintas: a “corrente majoritária”¹, exemplificada por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, em que centralidade da crise das democracias reside primordialmente na decadência das elites políticas que teriam sido incapazes de conter os avanços autoritários e populistas²; e a abordagem “crítica”, representada por Luis Felipe Miguel, segundo a qual a desigualdade social é a principal chave analítica da crise, sobretudo no Brasil, em que os grupos dominantes tem uma tolerância muito baixa à igualdade.

Inicialmente, a título introdutório, é preciso saber o que a vertente convencional entende por democracia. Para fins deste trabalho, será utilizada, como exemplo de tal abordagem, a definição sugerida pelo cientista político Yascha Mounk. Além de ter o mérito da concisão, ela parece corresponder ao que grande parte da Ciência Política ortodoxa entende por democracia (liberal). Vale lembrar que, para os cientistas políticos do chamado *mainstream*, quando se fala em democracia está implícita a ideia de que se trata da democracia liberal/representativa. Segundo Mounk (2019, p. 44, grifo do autor), “*democracia liberal* é simplesmente um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático – um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas”³. Nesta definição, o elemento liberal corresponderia à proteção dos direitos individuais garantida igualmente para todos os cidadãos, sem distinção, e o componente democrático se manifestaria no “conjunto de instituições eleitorais com poder de lei que traduz as opiniões do povo em políticas públicas” (Mounk, 2019, p. 44).

De acordo com Mounk, as democracias liberais podem se desvirtuar ao se tornarem “iliberais”, ou seja, quando as instituições independentes se tornam subordinadas ao arbítrio do poder executivo por vontade da maioria, ou no caso em que as maiorias optam “por restringir os direitos das minorias que as desagradam” (2019, p. 45). Também pode acontecer de regimes liberais serem antidemocráticos, ainda que haja eleições regulares e competitivas. Conforme explica o autor, isso acontece “sobretudo em lugares onde o sistema político favorece de tal forma a elite que as eleições raramente servem para traduzir a opinião popular em políticas públicas” (2019, p. 45). Para essa corrente da ciência política, de corte institucionalista, a democracia liberal estaria em crise quando existe uma ameaça de que um desses seus elementos (liberal ou democrático), a partir de seu interior, se degenera em formas autoritárias e/ou populistas de governo.

No entanto, para cientistas políticos críticos como Luis Felipe Miguel, essa definição minimalista e institucional da democracia, com ênfase em eleições competitivas e na garantia de direitos individuais formais, não captura um elemento fundamental da democracia, qual seja, a exigência de um nível satisfatório de igualdade material, para além da igualdade formal de direitos e liberdades. Para Miguel (2016, p. 27), “a aproximação do liberalismo à democracia passou por um esforço para conter seu impulso igualitário inicial”. De acordo com essa interpretação, as instabilidades das democracias liberais seriam fruto de seu próprio funcionamento, na medida em que deixam intocadas as desigualdades. Assim, “qualquer modelo interpretativo da política e da democracia que não dê centralidade às desigualdades sociais [de riqueza, de classe, de gênero, de raça e outras], em particular ao capitalismo, estará fadado a fracassar” (Miguel, 2022, p. 8).

¹ Para fins deste trabalho, denomino “corrente majoritária” o segmento da ciência política, de língua inglesa, que é considerado como o mais influente e dominante nos círculos acadêmicos mundo afora.

² Populismo é um conceito disputado na teoria política contemporânea. Para fins deste trabalho, será adotada a definição de Simon Tormey (2019, p. 31) segundo a qual populismo é uma forma ou um estilo de política que: [1] vê o antagonismo fundamental na sociedade como o que existe entre “o povo” (bem) e “as elites” (mal); [2] constrói o contexto político em termos de uma “crise” que põe em destaque a inadequação do *establishment* político; [3] oferece uma visão redentora, em vez de uma abordagem guiada pela política, tecnocrática ou baseada em problemas e tem como centro uma figura carismática que afirma possuir poderes excepcionais de liderança; e [4] aplica um uso mais franco, mais voltado para o confronto, mais direto da linguagem.

³ Outra definição influente na tradição minimalista e eleitoral é a de Adam Przeworski (2020, p. 29): “democracia é um arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover governos de que não gostem”.

Para Miguel (2022, pp. 6-7), existem quatro interseções básicas entre democracia e igualdade: (1) na democracia, há uma pressuposição de igualdade de valor entre todas as pessoas, razão pela qual todos devem participar igualmente nos processos de decisão coletiva; (2) por meio da igualdade política formal, a democracia transforma todos em cidadãos portadores de direitos iguais, o que permite ao Estado tratar a todos como se fossem realmente iguais, de modo a ocultar e, portanto, naturalizar as desigualdades sociais; (3) tal ocultamento apaga o fato de a democracia ser vulnerável às desigualdades sociais existentes uma vez que as vantagens materiais e simbólicas dos grupos mais favorecidos se traduzem em vantagens políticas no interior das instituições democráticas, o que abala um dos fundamentos básicos da democracia, a saber, o pressuposto da igualdade política; e (4) por meio da igualdade política formal, os grupos desfavorecidos são incentivados a usar as instituições democráticas em seu benefício no sentido de forçar seus representantes eleitos a adotar medidas que se “contrapõem à reprodução das desigualdades e das dominações em outras esferas da vida social” (Miguel, 2022, p. 7). Segundo o autor, sem o entendimento das tensões resultantes dessas interseções não é possível apreender os problemas das democracias contemporâneas, em especial no que diz respeito às especificidades dos países localizados na periferia capitalista.

Feitas estas distinções preliminares acerca desses dois modelos explicativos rivais, a seguir, no item 2, será apresentado um resumo das principais teses sobre a crise das democracias, com base em algumas variantes dos quadros teóricos mencionados acima (majoritário e crítico). Na sequência, no item 3, a partir dessas teorias de fundo, discutiremos as especificidades da crise da democracia no Brasil.

2 A LITERATURA DA CRISE DAS DEMOCRACIAS

Conforme assevera Miguel (2022, p. 13), “para boa parte da literatura da Ciência Política, a crise é um efeito da decadência das elites, que se deixaram seduzir pelo chamado ‘populismo’”. De fato, essa é a argumentação central dos cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, apresentada em seu influente livro *Como as democracias morrem*. Para esses autores, além dos golpes de Estado clássicos, em que há participação militar na derrubada de governos eleitos, existem outras maneiras de se destruir uma democracia, por meio de “líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 12). Segundo Levitsky e Ziblatt (2018, pp. 32-33) existem quatro indicadores, centrados no comportamento dos governantes eleitos, que demonstram que uma democracia está sob ameaça:

- Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas) [...];
- Negação da legitimidade dos oponentes políticos [...];
- Tolerância ou encorajamento à violência [...];
- Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia [...].

A solução, para esses autores, decorre de uma espécie de “guardiania” dos regimes democráticos por parte das elites políticas. Assim, uma “guarda bem-sucedida dos portões da democracia exige que partidos estabelecidos isolem e derrotem forças extremistas [...]” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 34). Nesse sentido, os partidos políticos e seus respectivos líderes atuariam como guardiões da democracia. E como se daria essa tarefa? A par das salvaguardas constitucionais, é preciso que as elites políticas cumpram certas regras informais. De acordo com Levitsky e Ziblatt (2018, p. 117), “democracias têm regras escritas (constituições) e árbitros (os tribunais). Porém, regras escritas e árbitros funcionam melhor, e sobrevivem mais tempo, em países em que as constituições escritas são fortalecidas por suas próprias regras não escritas do jogo”. E quais seriam as regras não escritas do jogo? A primeira delas é não tratar oponentes políticos como inimigos:

[p]odemos divergir, e mesmo não gostar deles nem um pouco, mas os aceitamos como legítimos. Isso significa reconhecermos que nossos rivais políticos são cidadãos decentes, patrióticos, cumpridores da lei – que amam nosso país e respeitam a Constituição assim como nós. O que quer dizer que, mesmo se

acreditarmos que suas ideias sejam idiotas, nós não as vemos como uma ameaça existencial. Tampouco os tratamos como traidores, subversivos ou desqualificados. Podemos derramar lágrimas na noite da eleição quando o outro lado vence, mas não consideramos isso um acontecimento apocalíptico. Dito de outra forma, tolerância mútua é a disposição dos políticos de concordarem em discordar (Levitsky e Ziblatt, 2018, pp. 118-119).

A segunda regra não escrita é o que os autores chamam de “reserva institucional”. Para Levitsky e Ziblatt (2018, p. 122), “a reserva institucional pode ser compreendida como o ato de evitar ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito”. Isso significa que quando as normas de reserva estão consolidadas na cultura política de um país, seus líderes políticos tendem a não utilizar as suas prerrogativas institucionais até o limite, “mesmo que tenham o direito legal de fazê-lo, pois tal ação pode pôr em perigo o sistema existente” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 122). Nessa perspectiva, as democracias morrem quando os guardiões, ou seja, as elites políticas, falham na preservação dessas duas normas informais de proteção, e não levam em consideração a emergência dos quatro indicadores listados acima.

Em suma, como explica Miguel (2022, p. 41), nessa interpretação, “o problema reside na crescente ineficácia dos filtros que a elite política coloca à sedução das massas por parte de discursos demagógicos e autoritários”. Por conseguinte, além da imoderação das massas, “que não se contentam mais com sua posição passiva diante da elite governante e desejam se ver espelhadas plenamente no discurso do poder” (Miguel, 2022, p. 42), as crises das democracias resultariam, sobretudo, da “imoderação das próprias elites políticas, que passam a lançar mão de todos os meios possíveis em suas disputas internas, mesmo que coloquem em risco o edifício institucional por inteiro” (Miguel, 2022, p. 42). Embora o problema da desigualdade não esteja presente no argumento central de Levitsky e Ziblatt, eles admitem, em alguma medida, que se trata de uma questão incontornável para o bom funcionamento das democracias. Como afirmam Levitsky e Ziblatt (2018, pp. 216-217),

[a]dotar medidas que enfrentem a desigualdade econômica e social é, sem dúvida, politicamente difícil - em parte por causa da polarização (e do impasse resultante) que essas políticas visam abordar. [...] Entretanto, por mais difícil que possa ser, é imperativo que democratas lidem com a questão da desigualdade. A própria saúde da nossa democracia depende disso.

O fato de esse trecho ser a única passagem do livro em que o problema da desigualdade é mencionado sugere que, para esses autores, a desigualdade não teria nenhuma força causal para explicar as crises das democracias liberais. Outros cientistas políticos da corrente majoritária também mencionam alguma preocupação com o problema da desigualdade, mas sempre de forma reticente, e não como um aspecto central das crises democráticas. É o caso de Mounk (2019, p. 93), que demonstra preocupação com os efeitos políticos da desigualdade econômica em países como os Estados Unidos, onde “[...] os indivíduos e as empresas na maioria das vezes tentam influenciar as decisões políticas a seu favor mediante doações, lobby ou a promessa de um emprego bem remunerado”. Já Adam Przeworski (2020, p. XI), embora seja um defensor de uma concepção mínima e instrumental de democracia, reconhece que, desde seus primórdios, acreditou-se “que a democracia, sobretudo o sufrágio universal, traria igualdade nas esferas econômica e social”. Uma promessa até hoje não cumprida. Assim, “a persistência da desigualdade é uma prova irrefutável de que as instituições representativas não funcionam, pelo menos não como quase todo mundo acha que deveriam” (Przeworski, 2020, p. XI).

Além disso, como observam autores como Robert Dahl e Joseph Stiglitz, a desigualdade econômica exerce efeitos corrosivos diretos sobre os fundamentos normativos da democracia. Para Dahl (1998), embora a democracia pressuponha que todos os cidadãos devem ser igualmente qualificados para participar das decisões políticas, na prática, a concentração de recursos políticos - compreendidos como os meios de influência direta ou indireta sobre a conduta alheia - compromete seriamente esse ideal. O capitalismo de mercado, segundo o autor, é uma das principais forças responsáveis pela distribuição extremamente desigual de recursos essenciais como riqueza,

informação, educação e organização. Essa assimetria de poder gera um quadro no qual a igualdade política formal é sistematicamente violada. Joseph Stiglitz (2020), por sua vez, argumenta que, em contextos como o norte-americano, o princípio democrático de “uma pessoa, um voto” tende a ser substituído por uma lógica plutocrática de “um dólar, um voto”, na qual o poder econômico é convertido diretamente em influência política.

Em linha semelhante, o estudo empírico de Martin Gilens e Benjamin Page (2014) demonstra que, embora os Estados Unidos preservem mecanismos formais de governança democrática, como eleições regulares e liberdade de associação, a formulação das políticas públicas é largamente determinada por grupos empresariais e elites econômicas. Os autores concluem que o cidadão médio exerce influência mínima sobre os rumos do governo, o que lança dúvidas substantivas sobre o caráter democrático do regime. Essas análises sugerem que as democracias liberais não apenas falham em cumprir suas promessas igualitárias, como também reproduzem uma dinâmica de captura institucional que limita radicalmente a responsividade dos sistemas políticos. A ausência de igualdade material torna disfuncional o ideal de igualdade política e favorece a ascensão de projetos antidemocráticos no interior das próprias instituições representativas.

Diferentemente da ciência política dominante, a explicação sociológica de Manuel Castells (2017, p. 13) sustenta que a “crise da democracia liberal resulta da conjunção de vários processos que se reforçam mutuamente”. De acordo com Castells, uma democracia só é representativa quando os cidadãos têm a percepção de que estão sendo realmente representados (2017, p. 9). Quando esse vínculo subjetivo entre eleitores e representantes é rompido, “produz-se o que denominamos crise de legitimidade política: a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam” (Castells, 2017, p. 9). A incapacidade do sistema político em evitar esse estado de coisas faz com que os cidadãos desconfiem das instituições. Para Castells (2017, p. 13), isso ocorre especialmente porque

a globalização da economia e da comunicação solapou e desestruturou as economias nacionais e limitou a capacidade do Estado-nação de responder em seu âmbito a problemas que são globais na origem, tais como as crises financeiras, a violação aos direitos humanos, a mudança climática, a economia criminosa ou o terrorismo.

Para Castells, segundo Singer, Araújo e Belinelli (2021, p. 220), “isso significa que não apenas a democracia está em risco, como o Estado-nação encontra-se diante de desafios capazes de determinar a sua obsolescência ou, pelo menos, a mudança brusca de função”. De acordo com o sociólogo, um aspecto central da crise das democracias pode ser reduzido a crise de um modelo de capitalismo, o capitalismo financeiro global, cujos efeitos mais diretos para os cidadãos foram os aumentos expressivos do desemprego e da desigualdade social (Castells, 2017, p. 15). A crise de legitimidade representativa tornou-se ainda mais acentuada quando, no enfrentamento da crise, o Estado “priorizou a proteção dos especuladores e fraudadores sobre as necessidades dos cidadãos, golpeados pela crise e pelo desemprego” (Castells, 2017, 2021, p. 16). Nesse sentido, a crise do capitalismo financeiro global estaria na raiz de fenômenos como a ascensão de governos autoritários, como Donald Trump, o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia) e o macronismo (a queda dos partidos tradicionais na França), que seriam expressões da crise das democracias.

Na interpretação de Castells, a crise das democracias liberais implica a “ruptura da mistificação ideológica de uma pseudorepresentatividade institucional [que] tem a vantagem da clareza da consciência a respeito de que mundo vivemos” (Castells, 2017, p. 111). Por outro lado, tal ruptura “nos precipita na escuridão da incapacidade de decidir e atuar porque não temos instrumentos confiáveis para isso, particularmente no âmbito global em que pairam as ameaças sobre a vida” (Castells, 2017, p. 111). Na leitura *grosso modo* pessimista de Castells, o caminho para a construção de uma nova ordem democrática, mais justa e igualitária, não está no horizonte. Mas seria possível utilizarmos nossa “capacidade de autocomunicação, deliberação e codificação de que agora dispomos na Galáxia Internet [para colocar] em prática o enorme caudal de informação e conhecimento de que dispomos para gerir nossos problemas” (Castells, 2017, p. 112). Dessa forma, poderíamos ser capazes de aprender a viver numa espécie de “caos criativo” e, assim, resolver

problemas à medida em que eles vão surgindo para reconstruir “de baixo para cima o tecido de nossas vidas, no pessoal e no social” (Castells, 2017, p. 113).

Uma outra interpretação que desafia a corrente dominante da ciência política é a de Wendy Brown. Para essa autora, “a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI (Brown, 2019, p. 16). Não que o neoliberalismo tenha sido a causa da ascensão da extrema direita no Ocidente de hoje, mas o que Brown sustenta é que “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política” (Brown, 2019, p. 16). Contudo, Brown afirma que os formuladores originais do neoliberalismo, tais como Friedrich Hayek e Milton Friedman, juntamente com os ordoliberais alemães, em sua luta para blindar os mercados da influência política, não aprovaram os desdobramentos autoritários da realidade política atual. Em suas palavras, “o neoliberalismo visou uma imunização permanente das ordens de mercado contra o rebrotar de sentimentos fascistas e poderes totalitários” (Brown, 2019, p. 18). Mas o resultado, segundo a autora, foi a emergência de uma versão degradada de neoliberalismo, uma espécie de criação frankensteiniana, cujos resultados escaparam ao controle de seus criadores, de modo que a ascensão da política antidemocrática no ocidente tenha se dado “nas ruínas do neoliberalismo” (Brown, 2019). Conforme explica Miguel (2021, p. 488), acerca da posição de Brown,

por ser uma racionalidade governativa abrangente, o neoliberalismo pode permanecer dominante mesmo quando sua política econômica é pausada ou revertida – ele permanece de pé se continua imperando a lógica da concorrência universal e da redução das pessoas a meros suportes de capital humano.

Essa perspectiva adotada por Brown, segundo Miguel, é oposta à posição de Nancy Fraser, já que, para ela, “a situação atual é marcada por uma crise da hegemonia neoliberal sem que a política econômica neoliberal seja ameaçada” (Miguel, 2022, p. 48). Em outras palavras, o ideário econômico neoliberal parece seguir inabalado seja em governos supostamente progressistas, como o de Barack Obama, seja em governos manifestamente reacionários, como o de Donald Trump. Segundo Fraser (2019, p. 39),

[a]ntes de Trump, o bloco hegemônico que dominava a política estadunidense era o neoliberalismo progressista. Isso pode soar como um oxímoro, mas foi uma aliança real e poderosa de dois companheiros improváveis: por um lado, as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e ativistas pelos direitos LGBTQ+); por outro lado, os setores mais dinâmicos, de ponta, “simbólicos” e financeiros da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood). O que manteve unido esse estranho casal foi uma peculiar combinação de visões sobre distribuição e reconhecimento.

Trump, por sua vez, à sua maneira, deu continuidade ao neoliberalismo. Segundo Fraser (2019, pp. 55-56) “não apenas seu populismo econômico desapareceu, como também sua utilização de bodes expiatórios se tornou cada vez mais cruel. [...] O resultado não foi o populismo reacionário, mas o neoliberalismo hiper-reacionário”.

Outra abordagem acerca da crise das democracias na chave do neoliberalismo é a de Dardot *et al.* (2021, p. 35), que sustentam que “sua característica, antes de tudo, é a de uma violência conservadora da ordem do mercado, exercendo-se contra a democracia e a sociedade”. Para esses autores, o neoliberalismo deve ser entendido em sua dimensão estratégica, ou seja, como “um conjunto de relações [...] com outras racionalidades políticas, de modo que tem sido, desde o início, confrontado com a obrigação de designar inimigos e refletir sobre os modos de ação, assegurando toda sua eficácia ofensiva” (Dardot *et al.*, 2021, pp-32-34). Nesse sentido, o Estado neoliberal se coloca em uma espécie de guerra civil continuada contra governos e partidos socialistas, sindicatos e movimentos sociais, que lutam por reivindicações econômicas, ecológicas, feministas ou culturais. O objetivo do neoliberalismo é “impedir que a democracia interfira na economia” (Dardot *et al.*, 2021, p. 34). Desse modo, o mercado concorrencial é de tal modo sacralizado, que em sua defesa

intransigente é possível “legitimar as medidas mais excessivas, inclusive o recurso à ditadura militar, se preciso, como foi o caso do Chile, em 1973” (Dardot *et al.*, 2021, p. 35).

Já para Miguel (2022, p. 37), a crise da democracia é uma crise de representação, que se intensifica no final do século XX, e decorre “tanto de um esgotamento de ilusões quanto de uma ampliação real da impermeabilidade do sistema político às vozes dos cidadãos comuns”. Segundo Miguel (2022, p. 40), a democracia na sociedade capitalista é uma combinação entre *voto*, que atribui soberania nominal ao eleitorado, e *veto*, que é “o imperativo de garantir a reprodução do capital”. A crise das democracias liberais seria resultado do predomínio crescente do veto sobre o voto, de modo que a responsividade dos representantes às demandas do eleitorado se enfraquece cada vez mais, já que os políticos eleitos “precisam responder antes e melhor ao capital” (Miguel, 2022, p. 40).

3 A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Em que medida a literatura da crise das democracias, exposta resumidamente no item anterior, nos ajuda a compreender os problemas da democracia brasileira? Quais seriam as especificidades do caso brasileiro? De acordo com Miguel (2022, p. 40), “a literatura produzida nos países do Norte tende a ignorar a experiência do Sul”.

A abordagem de Levitsky e Ziblatt parece ser útil para detectar indícios de ascensão de governos autoritários, como no caso do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Tanto na campanha eleitoral de 2018, quanto depois de sua posse, os quatro indicadores de ameaça à democracia sugerido por esses autores (rejeição das regras democráticas do jogo; negação da legitimidade dos oponentes políticos; tolerância ou encorajamento à violência; e propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia) podem ser identificados no discurso e nas ações de Bolsonaro. Também é possível concordar que o sistema político brasileiro falhou em filtrar a candidatura a despeito de todas essas sinais autoritários. Grande parte das lideranças políticas no Brasil, tal como descrevem Levitsky e Ziblatt, de uma forma ou de outra, não respeitou as regras informais da democracia, como, por exemplo, a atitude do candidato derrotado Aécio Neves ao contestar a legitimidade do resultado das urnas nas eleições de 2014. O processo de *impeachment* por pedaladas fiscais (uma técnica) talvez possa ser enquadrado como uma quebra do que os autores chamam de “reserva institucional”. Além disso, é razoável supor que muitas lideranças políticas preferiram apoiar Bolsonaro (por ação ou omissão), como um meio de impedir que o PT (Partido dos Trabalhadores) retornasse ao poder, ainda que isso pudesse ameaçar a estabilidade do próprio sistema político. Diante dessas evidências, seria possível afirmar que a perspectiva de Levitsky e Ziblatt dá conta de explicar a crise da democracia brasileira em alguns de seus aspectos. Contudo, tal abordagem parece ser insuficiente para explicar as causas profundas da ascensão de Bolsonaro. Em vez disso, ela parece descrever mais os efeitos da crise brasileira do que suas causas, já que ficamos sem saber por que as condições de possibilidade para que um candidato manifestamente autoritário ganhasse as eleições prevaleceram.

Antes de nos voltarmos para a abordagem crítica de Miguel, que coloca o problema da desigualdade como o aspecto central para se explicar a crise das democracias, sobretudo nas periferias capitalistas, vale indagar sucintamente se as interpretações alternativas à ciência política dominante, como as de Castells, Brown, Fraser e Dardot *et al.*, podem nos oferecer alguma chave de compreensão para o caso brasileiro. No caso de Castells, sua interpretação tem o mérito de chamar atenção para os aspectos mais estruturais da crise das democracias liberais, dadas as características do funcionamento do capitalismo financeiro, como a globalização da economia e da comunicação, que limitaram a capacidade de resposta do Estado-nação diante de problemas como crises financeiras, violações de direitos humanos, mudança climática, crimes econômicos, fuga de capitais, cujas soluções muitas vezes ultrapassam as capacidades dos governos eleitos. Tais limitações estão sempre no horizonte de ação dos governantes, sobretudo no caso das lideranças progressistas, e farão parte do rol de problemas a serem enfrentados nos mandatos de governantes à esquerda.

Em que pese a riqueza da reconstrução que Brown faz das origens do neoliberalismo, até chegarmos em sua versão atual “em ruínas”, sua abordagem parece não oferecer muitas possibilidades de explicação para o caso brasileiro. A disjunção que a autora opera, conforme assevera Miguel (2022, p. 48), entre “o neoliberalismo como modo de relação entre mercado e Estado e o neoliberalismo como razão do mundo” produz uma separação entre economia e política que parece alheia à experiência brasileira. O que temos vivenciado desde a redemocratização brasileira é uma união entre essas duas esferas, econômica e política, com o predomínio do neoliberalismo, em maior ou menor intensidade a depender do governo eleito, seja enquanto ordem econômica, seja como “razão do mundo”. Desse modo, temos vivenciado uma situação de hegemonia neoliberal, no sentido de Fraser, em que governos mais próximos de um neoliberalismo progressista se alternam com governos mais conservadores, ou até hiper-reacionários, (como Temer e Bolsonaro)⁴. Brown, por sua vez, dá a entender que, se expurgarmos da democracia liberal o neoliberalismo enquanto “razão do mundo”, os ideais de igualdade política, liberdade e soberania poderiam florescer. O problema é que, nesse modelo explicativo, segundo Miguel (2022, p. 47), a ordem capitalista é considerada externa às democracias liberais realmente existentes, o que torna a perspectiva de Brown “estilizada, abstrata e anistórica”. Talvez uma chave mais esclarecedora para explicar o caso brasileiro à luz do neoliberalismo seja aquela oferecida por Dardot *et al.*, que entende o neoliberalismo como uma dimensão estratégica cujo objetivo é o de blindar a economia das demandas democráticas. De fato, é o que parece acontecer no Brasil, em que o veto das elites econômicas, na expressão de Miguel, tem subvertido o voto.

O diagnóstico de Miguel sobre a prevalência do veto econômico em face do voto popular no Brasil encontra respaldo em análises mais amplas sobre os efeitos estruturais da desigualdade na democracia. Segundo Charles Tilly (2007), a democracia é sistematicamente fragilizada quando as desigualdades sociais, sobretudo as categóricas – baseadas em raça, gênero, etnia, nacionalidade, entre outras – se traduzem diretamente nos processos políticos. O autor argumenta que a persistência dessas desigualdades oferece incentivos para que membros das categorias privilegiadas se desengajem da deliberação democrática, capturem recursos estatais, evitem obrigações políticas e aprofundem a exclusão dos grupos subordinados.

Para Tilly, a desdemocratização ocorre justamente quando tais desigualdades são reincorporadas à esfera pública sob a forma de veto social, deslegitimando os canais formais de representação e criando novos centros de poder coercitivo. Em contextos periféricos como o brasileiro, essa dinâmica se agrava pela fragilidade das redes de proteção social e pela ausência de mecanismos robustos de redistribuição. O resultado é a erosão da consulta pública ampla, protegida e mutuamente vinculante, condição essencial para a sobrevivência democrática.

Segundo Miguel (2022, p. 233), “Junho de 2013 é um momento da crise da democracia liberal: a crescente dificuldade de acomodação entre a acumulação capitalista e a igualdade de direitos que a cidadania estendida garantia”. Para Miguel (2022, p. 233), essa dificuldade de acomodação é ainda mais grave nos países da periferia capitalista, como o Brasil, uma vez que “partimos de patamares mais baixos no que diz respeito às conquistas ameaçadas (Estado de direito, império da lei, bem-estar social)”. Nesse sentido, a vitória de Bolsonaro em 2018 não inaugura a crise da democracia brasileira, mas representa “uma radicalização do processo de desdemocratização em curso no Brasil” (2022, p. 242). Isso porque o apoio a Bolsonaro, ainda que com um certo desconforto de parte das lideranças políticas que o fizeram, representa uma continuidade com a ruptura institucional de 2016, que promoveu de modo explícito “a exclusão do campo popular do debate político” (Miguel, 2022, p. 242). Assim, na interpretação de Miguel, “o golpe e a eleição de Bolsonaro devem ser entendidos como desdobramentos diversos de um mesmo

⁴ Quanto aos governos do PT, mesmo que não seja correto classificá-los como neoliberais, é inegável que foram constrangidos e limitados pela hegemonia neoliberal, seja no desenho de algumas de suas instituições, como no caso da influência do setor financeiro nas decisões de política monetária via Comitê de Política Monetária (Copom), seja no poder de veto dos representantes dos setores empresariais locais, ou pelas pressões externas de países do Norte e de seus organismos multilaterais, como a OMC. E como bem destacou Anderson (2020, p. 164), durante o lulismo, “o Brasil foi o único grande país do mundo a desafiar os tempos, a recusar o aprofundamento do regime neoliberal e a abrandar o rigor inerente a ele em favor dos menos abastados”.

propósito, que é evitar que as potencialidades igualitárias da democracia se traduzam em políticas com impacto efetivo na realidade social” (2022, p. 242). O resultado, para Miguel, foi o triunfo da antipolítica, cujo “avanço é vivido como uma espécie de regressão civilizacional, com o aumento da intolerância e da violência em todos os espaços da vida cotidiana” (2022, p. 278).

Para Miguel, um dos modos de se explicar a crise da democracia brasileira é compreender a crise do lulismo. De acordo com esse autor, o arranjo lulista entrou em crise em razão de dois elementos centrais, ligados entre si (2022, pp. 201-202):

(1) A “conciliação” lulista passava pela incorporação, mesmo que contida e limitada, da classe trabalhadora à mesa principal da barganha política. Com isso, e a despeito de toda sua prudência, punha em marcha o maior medo das classes dominantes brasileiras, que, como visto nos capítulos anteriores, é a instauração de um regime político efetivamente democrático. (2) Houve mudanças no comportamento de setores tanto da base popular beneficiada pelas políticas governamentais quanto das classes dominantes, vinculadas a transformações nas expectativas e nas exigências apresentadas ao Estado brasileiro – por sua vez, vinculadas a deslocamentos no cenário que o êxito do próprio lulismo introduzira. Este foi talvez o paradoxo central: o lulismo presumia um congelamento da correlação de forças e encontrou dificuldade para reagir às alterações que ele mesmo gerou no mundo social.

Além disso, segundo Miguel (2022, p. 217), as estratégias discursivas dos governos petistas traziam pelos menos três efeitos políticos deletérios para o próprio lulismo: (1) impedia que o trabalhador desenvolvesse uma consciência e uma solidariedade de classe; (2) ao ascender econômica e socialmente por meio das políticas públicas do PT, parte do seu eleitorado não mais se reconhecia como trabalhador ou pobre, o que fazia com que este eleitor quisesse de distanciar do partido; e (3) a visão que o partido passava de que vivíamos em um “país de classe média”, ainda que falsa, alimentava a defesa neoliberal do desmonte do Estado social em favor da privatização dos serviços públicos. Em suma, “a trajetória do PT para chegar ao governo passou pela opção por uma política conciliatória que, por sua vez, exigia distanciamento da clivagem de classe” (Miguel, 2022, p. 217.). Outros aspectos negligenciados pelo PT, segundo Miguel, foram a educação popular e a politização da sociedade. Segundo esse autor, o PT, ao priorizar as estratégias eleitorais, falhou ao deixar a educação política em segundo plano, e por não ter investido suficientemente na politização da sociedade, “o que é um efeito necessário de seu cuidado para não afrontar os grupos dominantes” (Miguel, 2022, p. 257). Intérpretes como Perry Anderson também chamam a atenção para o fato de que, embora o PT tenha beneficiado os mais pobres, “não os educou nem os mobilizou” (2020, p. 162). Essas alegações, embora tenham um efeito retórico contundente, ao fim e ao cabo parecem ser um pouco vagas. Em que consistiria exatamente tal programa? Como alcançar a universalidade e a escala necessárias para que tenham efeitos relevantes na sociedade? Quais seriam os seus conteúdos? Focados em valores substantivos (o que poderia ser contestado como doutrinação), ou em procedimentos de argumentação e deliberações públicas para o exercício da cidadania? Tais questões continuam em aberto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a corrente dominante da literatura das crises da democracia, mais especificamente na interpretação de Levitsky e Ziblatt, as democracias liberais entram em crise quando os atores políticos falham em perceber que suas instituições estão ameaçadas ou quando acreditam que podem tirar alguma vantagem política da crise. Mas por que as instituições das democracias liberais não são capazes de gerar incentivos para que os atores políticos as protejam dos arroubos autoritários dos chamados *outsiders*? Afinal, não seria esse o papel das instituições,

segundo a corrente dominante? O que faz emergir regimes autoritários e populistas no seio das próprias instituições da democracia liberal? Essas questões parecem ficar sem respostas nas abordagens do *mainstream* da ciência política. Suas interpretações parecem muito mais descrever os efeitos de algum problema mais profundo, e anterior, do que oferecer explicações causais para as alegadas crises. Se a abordagem institucionalista tem o mérito de descrever os efeitos das crises da democracia, inclusive em países como o Brasil, contudo, ela é muito pouco explicativa acerca das suas causas, uma vez que não leva em conta as desigualdades sociais e seus respectivos impactos no exercício efetivo dos direitos políticos, não problematiza o avanço do neoliberalismo e da financeirização como possíveis fatores de instabilidade democrática, e dá como certo que as democracias liberais, quando não se degeneram em formas autoritárias e populistas de governo, são estáveis e praticamente imunes a crises. Outro problema dessa abordagem é o papel praticamente insignificante que ela concede ao eleitorado. De acordo com tal abordagem, basta que as elites políticas sejam capazes de filtrar a ascensão de aventureiros populistas e autoritários, e façam com que os atores políticos respeitem as regras não escritas da democracia, para que tudo corra bem com a democracia liberal. A falta de responsividade por parte dos representantes políticos às demandas do eleitorado como um possível fator de crise não é levada em consideração por essa abordagem. A “colonização” da política pelo poder econômico é abordada de uma forma muito tímida e protocolar. Cientistas políticos como Gilens e Page (2014) sugerem que, mesmo quando as democracias liberais não estão ameaçadas por líderes autoritários, elas não respondem de forma satisfatória aos anseios do eleitor, o que poderia explicar melhor porque tais lideranças emergem no seio de suas instituições.

As abordagens alternativas à corrente dominante da ciência política, ao incluírem fatores socioeconômicos em suas explicações, parecem dar conta de explicar melhor as causas das crises da democracia, sobretudo em países periféricos e desiguais como o Brasil, em que o poder de veto das elites econômicas muitas vezes prevalece em face do voto popular. Na análise do caso brasileiro, a abordagem de Miguel parece acertar quando coloca em relevo as intersecções, e tensões, entre democracia e igualdade. De fato, a crise da democracia brasileira parece se conectar diretamente ao fato de que os grupos socialmente dominantes têm usado sistematicamente suas vantagens materiais e simbólicas para obter vantagem política em detrimento das classes menos favorecidas. Isso demonstra que a igualdade política formal é uma condição necessária, mas não suficiente para que os grupos menos favorecidos sejam capazes de obter uma resposta satisfatória às suas demandas e, assim, impedir a reprodução das desigualdades e das dominações a que estão sujeitos. Assim, ao colocar o problema da desigualdade como um elemento central para explicar a crise da democracia brasileira, Miguel chama atenção para os limites da democracia liberal, que é tensionada em seu pressuposto de igualdade política pela ordem capitalista. Contudo, quando Miguel afirma que os governos do PT erraram ao priorizar a conciliação de classes para fins eleitorais, a questão que vem à tona é saber se algum outro caminho seria possível. Se a argumentação de Miguel em relação à intolerância das elites brasileiras à igualdade estiver correta, uma estratégia mais radicalizada por parte do PT muito provavelmente sequer teria conduzido o partido ao governo. Desse modo, uma interpretação da crise da democracia brasileira na chave da “crise do lulismo” também parece ser mais descritiva quanto a seus efeitos do que explicativa acerca de suas causas, uma vez que, como afirma o próprio Miguel, “a desigualdade é o limite da democracia no Brasil. Enfrentar uma aumenta o risco de perder a outra” (2022, p. 4). No início de sua exposição, Miguel chamou a atenção para os fatores mais estruturais das crises das democracias, em diálogo com autores como Wolfgang Streeck e Wendy Brown, mas, no decorrer do texto, ao tratar do caso brasileiro, deteve-se muito mais em apontar os erros estratégicos das lideranças políticas do PT ao chegar ao poder (focando os atores políticos à semelhança da abordagem do *mainstream*) do que em discutir as decisões dos governos petistas em face das limitações estruturais impostas pela ordem capitalista. Mas se levarmos a sério as críticas de Miguel, a crise da democracia brasileira deveria ser interpretada não apenas como efeito de erros estratégicos de partidos ou lideranças, mas como expressão de um quadro estrutural em que a desigualdade opera como força sistêmica de desestabilização democrática.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- DAHL, Robert. **On democracy**. London: Yale University Press, 1998.
- FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- GILENS, Martin; PAGE, Benjamin I. Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens. **Perspective on Politics**, Volume 12, issue 3, 2014, pp. 564-581.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia na Periferia Capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SINGER, André; ARAÚJO, Cícero; BELINELLI, Leonardo. **Estado e Democracia: uma introdução ao estudo da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- STIGLITZ, Joseph E. **People, Power, and Profits: Progressive Capitalism for an Age of Discontent**. New York: W. W. Norton & Company, 2019.
- TILLY, Charles. **Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2007.
- TORMEY, Simon. **Populismo: uma breve introdução**. São Paulo: Cultrix, 2019.

Sobre o autor

Ulysses Ferraz de Camargo Filho  

ferraz.ulysses@gmail.com

Doutorando em Filosofia (Lógica e Metafísica) no Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica da UFRJ (PPGLM-UFRJ), com defesa marcada para 05/08/2025, e em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). É pesquisador do Núcleo de Teoria Política e Instituições – NUTEPI (IESP-UERJ).

AGRADECIMENTOS

Ao Programa Bolsa Doutorado Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).